



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

A RELAÇÃO IGREJA, ESTADO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: ORDENS RELIGIOSAS NO CONTEXTO COLONIAL, IMPERIAL E REPUBLICANO

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro*
(UESB)

RESUMO

Este trabalho aborda a relação Igreja, Estado e Educação no Brasil, focando a atuação das ordens religiosas que aqui se instalaram desde o período colonial; consolidaram suas atuações mediante a instalação de escolas de primeiras letras, colégios e missões, onde ministraram evangelização, catequese e educação escolar; passaram por vicissitudes e quase foram extintas durante o período imperial, para afinal, ressurgir em pleno vigor a partir da proclamação da República, sempre em tensão evidente com o Estado e com segmentos da população. É um estudo ainda em andamento, com base em documentação original, que envolve vários recortes de pesquisa, mas que tem como eixo comum a consideração de que a leitura do processo histórico brasileiro é indispensável na análise objetiva do significado da presença da Igreja no Brasil, ora se tratando de qualquer período do passado ora se tratando da atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ordens religiosas; Poder; Ideologia.

INTRODUÇÃO

As categorias Evangelização, Catequese e Educação têm especificidades próprias. Evangelizar significa, literalmente, levar a boa nova (a palavra de Cristo e a

*Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Doutora em Educação; FAPESB. E-mail: apcasimiro@bol.com.br. Colaboradores: Ana Elizabeth Santos Alves, Ruy Hermann Araújo Medeiros, Livia Diana Rocha Magalhães, Ivana Teixeira, Luci Mara Bertoni e as alunas Daniela Moura Rocha, Maria Cristina Cabral, Camila Silveira, Edileusa Oliveira, Elisângela Oliveira e Paula Ruas.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

esperança de salvação) No Dicionário Etimológico Nova Fronteira a palavra evangelizar vem de Evangelho *evangelium* – latim, que deriva do grego *euaggélion*, significando ‘doutrina de Cristo’, também denominando cada um dos quatro livros do Novo Testamento. Para levar o Evangelho, o primeiro passo é a catequização. Catequização é palavra derivada de “catecismo ‘livro elementar de instrução religiosa’ ‘ensino de dogmas e preceitos da religião” do latim: *catecismus*, derivado do grego *katechismós*”. De catecismo derivam as palavras catequese (doutrina) e catecúmeno (aquele que se prepara para receber o batismo)⁴⁹. Catequese é termo conhecido desde a Antiguidade e significa a instrução dos convertidos, ou catecúmenos, ou seja, instrução dos iniciandos nos rudimentos da fé (Cf. Referências: Agostinho de Hipona.

A Instrução dos Catecúmenos).

Desde os primórdios do cristianismo, por toda a Idade Média, até chegarmos ao Iluminismo, não se concebia a educação como dissociada da evangelização e da catequese. Esta foi a característica principal da educação medieval, atravessou o iluminismo, enfrentou todas as crises na relação estado x igreja e, na modernidade, impregnou e foi condição básica do ensino tradicional, mormente nos estados cristãos. Tomando como exemplos algumas cartilhas que circularam no Brasil colonial, analisadas por nós em pesquisa anterior, constatamos que, de modo geral, elas são compostas por conteúdos gramaticais, aritméticos e catequéticos, nas quais a quantidade dos conteúdos catequéticos supera em muito a quantidade dos conteúdos instrucionais⁵⁰.

Destarte, quando falamos em educação no Brasil colonial, imperial ou republicano, portanto, e nos referimos ao ensino de primeiras letras ou à educação formal, ministrada nos colégios, mesmo que o enfoque seja a categoria educação, não podemos deixar fora os quesitos evangelização e catequese. De igual modo, quando

49DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO NOVA FRONTEIRA. (Cf Referências).
50(Cf. CASIMIRO, 2005).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

falamos em evangelização, com foco no conhecimento do Evangelho, com objetivo de suscitar a fé; ou, quando falamos na catequese, com objetivo de conhecimento dos ensinamentos cristãos para melhor conhecimento do evangelho, sabemos que estes conteúdos estavam presentes de maneira muito significativa no ensino escolar.

No presente texto, no qual enfocamos aspectos históricos, sociais, políticos, pedagógicos, teológicos e morais pertinentes à atuação das ordens religiosas no Brasil, estaremos nos referindo, indistintamente, aos pontos de consenso e dissensão que aconteceram envolvendo as categorias: Estado, Igreja e Educação no Brasil, nas suas expressões – evangelização, catequese e educação – desde as suas origens.

Apresentamos, pois, a primeira versão do projeto: A Relação Estado, Igreja e Educação no Brasil: ordens religiosas no contexto colonial, imperial e republicano, que é um recorte do Projeto de Pesquisa: **Revisitando o Projeto Colúmbia**, que pretende, além de analisar a tensão entre Estado, Igreja e Educação no Brasil, de modo geral, analisar esta tensão, prevalentemente, no contexto imediatamente anterior à implantação do Projeto Colúmbia, na Bahia.

Muitos dos conteúdos aqui abordados são resultantes de pesquisas anteriores, mas, doravante se ampliam em âmbito histórico e geográfico, envolvendo igualmente outros pesquisadores interessados na temática⁵¹. A perspectiva principal será a atuação das ordens religiosas, mormente aquelas que, além da educação missionária (catequética e evangelizadora) também se dedicaram a fundar instituições de ensino, como escolas, colégios e internatos – mas, não deixaremos de fora qualquer aspecto

51 Coordenado por Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro, coordenadora do Grupo de pesquisa **Fundamentos da Educação na Bahia**. Participam do Projeto os professores: Ana Elizabeth Santos Alves, Ruy Hermann Araújo Medeiros, Livia Diana Rocha Magalhães, Ivana Teixeira Luci Mara Bertoni e as alunas Daniela Rocha Moura, Maria Cristina Cabral, Elizângela e Edileusa Oliveira, Camila Silveira e Paula Ruas.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

do fenômeno que venha a contribuir para uma compreensão científica da realidade estudada.

Um problema de pesquisa, central, norteia a revisão da literatura, a coleta de dados e as análises iniciais. Perguntamos: Quais foram as razões essenciais que originaram os conflitos entre o Estado, a Igreja e os intelectuais da Educação no Brasil, nos contextos colonial, imperial e republicano, mormente, no contexto imediatamente antecedente e imediatamente subsequente ao Projeto Colúmbia⁵²? Nossa hipótese é a de que no desenrolar da história da Igreja esteve sempre presente a questão do poder, inclusive, como elemento indispensável para a própria sobrevivência da Igreja.

Tomando como medida a categoria da contradição dialética, podemos observar que na história da Igreja a questão do poder, em todas as suas variações, como: disputa pelo poder, manutenção do poder, seguida pelas ameaças da perda de poder, novas disputas, tentativa de manutenção e novas perdas, esteve presente e não pode ser omitida. Os conflitos envolvendo o estatuto social e a sobrevivência da Igreja aconteceram desde a Antiguidade, passaram pela Idade Média, Modernidade, e perduram até hoje. Em todas as circunstâncias, a Igreja se fez presente, opinando, convergindo ou divergindo, se posicionando, sendo que essa presença se fez mais forte em casos de guerras, nos momentos de crises sociais e política e, igualmente, nas revoluções científicas e culturais. Daí, resultando sempre alianças e negociações, tanto com o povo como com os governantes, mediante a realização de sínodos, conclaves e concílios, a promulgação de documentos canônicos, bulas, breves, constituições, ou resultando em modificações litúrgicas e catequéticas.

Esses documentos emitidos durante a caminhada da Igreja são fontes férteis de análise do tema ora proposto, haja vista a sua significativa mensagem evangélica,

⁵²Projeto em convênio com A Universidade de Colúmbia, implantado na Bahia dos anos 50, no governo de João Mangabeira, sendo o Secretário de Educação e Saúde Anísio Teixeira.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

doutrinária, educativa e, principalmente, ideológica. Cabe lembrar que o enorme acervo guardado e preservado pela Igreja, desde os primórdios, como escritos, sermões, homilias e documentos canônicos e mesmo seu riquíssimo acervo iconológico (afrescos, iluminuras, esculturas e talhas), além da própria arquitetura, ao mesmo tempo em que serviram como instrumento de poder e controle dos fiéis, hoje, salvaguardados os seus valiosos aspectos estéticos, servem de fontes incontestáveis da História da Igreja.

Foi inestimável a função dessas manifestações artísticas na evangelização, catequese e educação do cristão, principalmente nos períodos em que o conhecimento do alfabeto e das primeiras letras era privilégio de poucos. No caso da arquitetura religiosa, mais do que todos, ela foi instrumento de poder e de afirmação do poder, como no caso das cruzadas, quando se implantaram igrejas e hospícios em todo o caminho de peregrinação e, construíram templos cristãos, no mesmo lugar dos monumentos heréticos derrubados nas guerras conquistadoras.

Igreja Católica, estado e Educação no Brasil Colonial

A presença da Igreja Católica no Brasil colonial e a sua atuação catequético-evangelizadora e educacional não podem ser analisadas a não ser a partir de uma tríplice compreensão: primeiro, a partir da idéia de que tal instituição era detentora de uma ampla experiência evangelizadora anterior, desde a Idade Média, inclusive nas cruzadas contra os muçulmanos; segundo, a partir da certeza da existência do Padroado Régio⁵³ nas terras conquistadas e, terceiro, a partir da compreensão de que

⁵³Segundo Fragozo, a palavra padroado, geralmente, significa direito de protetor, adquirido por quem fundou ou dotou uma igreja. Direito de conferir benefícios eclesiásticos. No texto, o termo Padroado se refere ao direito de autoridade da Coroa Portuguesa a Igreja Católica, nos territórios de domínio Lusitano. Esse direito do Padroado consistiu na delegação de poderes ao Rei de Portugal, concedida pelos papas, em forma de diversas bulas papais, uma das quais uniu perpetuamente a Coroa Portuguesa à Ordem de Cristo, em 30



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

o Estado tinha mecanismos de controle sobre todo o organismo colonial, principalmente sobre a própria Igreja. Tanto por conta do Padroado, como por causa das atribuições da Mesa de Consciência e Ordens e do Conselho Ultramarino. Não podemos esquecer, ademais, que se tratava de um Estado absolutista, regalista, centralizador e monopolizador de quaisquer decisões que viessem de encontro aos seus interesses mercantilistas.

Além da herança medieval, a implantação da educação e da catequese irão se processar muito próximas ao modelo religioso da matriz portuguesa, com adaptação, é claro, à realidade colonial. É de lembrar que foram quase três séculos de educação, se determinarmos o início da história da educação colonial coincidindo com a chegada dos primeiros jesuítas, em 1549, e o seu final, com a chegada de D. João VI.⁵⁴

Poderíamos dividir tanto os enfoques da educação como os da catequese colonial de várias maneiras: Primeiramente, pela ordem cronológica; a) Século XVI, com a chegada e instalação das primeiras ordens religiosas. Neste século, cabe destacar, no início, os propósitos dos primeiros jesuítas, capitaneados por Nóbrega, em ensinar aos pequenos índios, tanto as primeiras letras e o Evangelho, como os rudimentos do ensino profissional⁵⁵; b) Século XVII, com a instalação das ordens, principalmente da Companhia de Jesus, a instalação dos primeiros colégios e a consolidação de um modelo educacional. No campo missionário, com a instalação de

de dezembro de 1551. A partir de então, no Reino Português, o Rei passou a ser também o patrono e protetor da Igreja, com as seguintes obrigações e deveres: a) Zelar pelas Leis da Igreja; b) Enviar missionários evangelizadores para as terras descobertas; c) Sustentar a Igreja nestas terras. O Rei tinha também direitos do Padroado, que eram: a) Arrecadar dízimos (poder econômico); b) Apresentar os candidatos aos postos eclesiásticos, sobretudo bispos, o que lhe dava um poder político muito grande, pois, nesse caso, os bispos ficavam submetidos a ele (FRAGOSO, Hugo (ofm)). **Também Sou Teu Povo, Senhor:** Jubileu 2000 – 500 anos Evangelizando o Brasil. Paulo Afonso: CNBB. Regional NE 3., 2000 p.14.

⁵⁴Neste contexto, já sem a presença dos jesuítas, mas, ainda sob forte influência da Igreja.

⁵⁵Cf. nas Referências: Luiz Alves de Mattos e Serafim Leite (1938, 1965).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

missões, cujo intuito, além da propagação da fé, era o de garantir a posse da terra conquistada; c) Século XVIII, compreendendo as mudanças econômicas, políticas e administrativas da Colônia, o apogeu da organização dos jesuítas no início do século, suas vicissitudes, expulsão no último quartel e, depois, a implantação de um novo modelo cultural, que sobreviveu até o início do século XIX.

Depois, pelo lugar social de cada educando: a) Os brancos, portugueses, os filhos da elite (pouquíssimos) eram alvos de uma educação formal, longa e diversificada, preparatória para o poder e/ou para a vida eclesiástica. Outros portugueses brancos (segmentos restritos das classes populares) tinham acesso apenas aos rudimentos escolares: isto é, ler, escrever e contar; c) A educação dos índios e mestiços, ministrada nas missões, nos engenhos e nas igrejas, ensinava apenas o catecismo preparatório para o batismo, para a vida cristã e para cumprir os deveres para com Deus e para com o Estado. Além disso, ensinavam-se ofícios e tarefas servis que, naquele tempo, por serem desonrosas, não podiam ser executadas pelos brancos⁵⁶.

Por outro foco, observamos que os colonizadores desenvolveram, também, pedagogias para tratar da educação/evangelização dos escravos, principalmente os escravos domésticos. (CASIMIRO, 2002); No caso das mulheres, algumas ordens femininas começaram a surgir no Brasil, principalmente a partir do século VXII, sendo que as primeiras educadoras cá conhecidas foram as clarissas enclausuradas (franciscanas). Podemos citar, ainda, a educação religiosa que era ministrada nos conventos⁵⁷, irmandades, ordens terceiras⁵⁸, engenhos e paróquias. Essa educação era severa e obrigatória. As Constituições Primeiras do Arcebispo

56Cf. nas Referências: Fragozo; e Serafim Leite, dentre outros.

57Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Lisboa, Na Officina de Manuel e Joseph Lopes Ferreira. 1709.

58Regimento Administrativo da Venerável Ordem Terceira de Nosso Seráfico Padre S. Francisco da Cidade de Noviços: 1768-1883 (In: Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Bahia).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

da Bahia, promulgadas em 1707, dedicam boa parte de seu Livro I a esta matéria, assim como as regras e os termos de compromisso de cada ordem, seus regimentos, e estatutos (CASIMIRO, 1996).

Mas, principalmente devido ao enfoque do presente trabalho, não podemos esquecer que, além da educação ministrada pelos jesuítas no Brasil, outras ordens religiosas também foram responsáveis por segmentos da educação colonial como as ordens dos carmelitas, mercedários e franciscanos (com suas várias denominações: observantes, conventuais, capuchinhos), responsáveis pela formação dos seus quadros (nos conventos), por inúmeras missões, ensino de primeiras letras e obras de catequese por todo o Brasil (JABOATÃO, 1859; FRAGOSO, 1992). Cabe lembrar a atuação dos oratorianos, após a expulsão dos jesuítas. É principalmente dessa modalidade de educação, evangelização e catequese, ministrada pelas ordens religiosas que vieram para o Brasil, desde os primeiros anos após o descobrimento, que passamos a discutir.

Os destinatários da educação colonial foram, grosso modo, os brancos, os índios, os negros, em modalidades diferenciadas, a depender do lugar social de cada educando (Cf. CASIMIRO). Os agentes foram, sem sombra de dúvida, os representantes da Igreja. Conforme o ritmo de surgimento de povoados, paróquias, vilas, cidades e engenhos, nascem as capelas, igrejas, paróquias e dioceses. Aos poucos, organizam-se missões, constroem-se colégios. Nas palavras de Lustosa (1977, p.16),

Na primeira etapa, no Brasil trabalhavam apenas alguns padres diocesanos e, de passagem, missionários franciscanos. Já em 1549 chegavam os jesuítas [...] Entre 1580 e 1590, carmelitas, beneditinos e franciscanos fundam conventos e mosteiros no nordeste e no sul. No século XVII entravam os mercedários e capuchinhos franceses no norte e os oratorianos no nordeste.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Segundo Lustosa, padres seculares e os regulares eram os únicos agentes da educação e evangelização, pois, nesse período, “os leigos cooperavam, em geral, como encarregados de capelas ou “puxadores de rezas” e ermitães.” Ainda no dizer do autor, muitos destes religiosos vinham da Europa despreparados, sem muito empenho, aplicando simplesmente os conhecimentos lá adquiridos. Muitos eram ordenados em esquemas de emergência para atender à numerosa demanda evangelizadora (LUSTOSA, 1977, p. 16). Além disso, vinham com o sentimento antagônico do europeu em relação aos nativos e escravizados, vinham com sentimento de superioridade, ‘salvar’, ou ‘trazer cultura’, desprezando a cultura do outro. Mas, era a consciência da época.

Não se pode dizer que os religiosos coloniais eram desprovidos de sentimento cristão, mas, apresentavam um tipo de cristianismo peculiar àquela cultura. Talvez a necessidade fosse premente e a demanda enorme, mas, o fato é que a evangelização era apressada e mal feita e os próprios evangelizadores eram mal preparados. A maioria dos estudiosos desse período percebeu que, além dos rudimentos da doutrina, o interesse de incorporar os negros e índios à cristandade visava, também, a torná-los mais dóceis e mais conformados, na tentativa de adaptá-los à situação de escravidão. Mas isso não quer dizer que a regra fosse geral, pois, havia consciências realmente cristãs e que se preocupavam de verdade com os destinos das almas coloniais⁵⁹.

Na Europa, três acontecimentos importantes definirão os rumos da Igreja a partir do século XVI: a Reforma Protestante, a fundação da Companhia de Jesus e a Contra-Reforma (ou reforma católica). Na Península Ibérica, em Portugal e em âmbito colonial, aos poucos, vai-se consolidando a presença da Igreja com todos os mecanismos de sobrevivência desenvolvidos a partir do Concílio de Trento. No início

⁵⁹Cf. Vainfas (1986) e Fragoso (2000), nas Referências.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

do século XVIII, já está organizado, então, o ministério eclesiástico, já foram promulgadas constituições próprias⁶⁰, ampliam-se as dioceses, os seminários, as ordens religiosas, ordens terceiras, misericórdias, irmandades e confrarias (BOSCHI, 1986). Esse crescimento se dá, entretanto, à sombra do regalismo controlador, por parte do estado absolutista português, principalmente a partir do século XVIII.

As forças resultantes desses acontecimentos energizarão a Igreja até meados do século XVIII quando um elemento novo começa a ameaçar a ordem até então estabelecida. Esse elemento é o iluminismo e um dos primeiros danos causados pelo iluminismo à cristandade colonial é a supressão da Companhia de Jesus em 1759. No Brasil, apesar da continuação da fé oficial católica e da permanência de outras ordens religiosas, a expulsão dos jesuítas causa perdas irrecuperáveis na ação apostólica da Igreja.

O Contexto Pombalino

A partir de meados do século XVIII a Igreja vai encontrar pela frente uma série de dificuldades que acarretarão prejuízos na evangelização, catequese e educação, tanto em Portugal como no Brasil. Segundo Lustosa (1977, p.25),

Os fatos principais, que darão origem e fomentarão uma cadeia de crises na Igreja podem alinhar-se em torno dos seguintes pólos: as perspectivas novas da administração pombalina, a expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses e a “desagregação do sistema colonial”.

Ainda de acordo com o autor, a obra de Pombal se caracteriza por maior centralização administrativa; pela implantação (mais legal do que real) de uma

⁶⁰Cf. Vide (1853).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

política indigenista preocupada em fazer o silvícola participar da sociedade em condições mais iguais aos brancos; e pela tentativa de reorganização do ensino com a reforma dos estudos menores em 1759 e dos estudos universitários em 1772, esforçando-se para canalizar as mentalidades no rumo da 'ilustração', e tentando substituir os métodos humanistas jesuíticos pelo empirismo e a ênfase nas ciências exatas (LUSTOSA, 1977, p.28).

Entretanto, Pombal, a despeito do poder acumulado no reinado de D. José I, encontrou objeções, críticas, barreiras e até mesmo sabotagens advindas de grupos que viam seus interesses em jogo. Apesar da existência de facções religiosas simpáticas aos seus planos, no caso, largos segmentos da Igreja eram seus principais adversários, naturalmente os jesuítas. Da queda de braço resultante, somada à guerra de morte encetada em toda a Europa contra os Jesuítas, resultou na expulsão da Companhia de Jesus de Portugal, do Brasil e de outras colônias, em 1559, e a sua extinção em 1773, o que desagregou o sistema escolar, em grande parte sustentado por eles.

Após pincelar a atuação evangélica, catequética e educacional da Igreja Católica no Brasil colonial, pretendemos, em outra comunicação, apresentar revisão de literatura, fontes e dados sobre a Igreja Católica no Período Imperial Brasileiro e, posteriormente, sobre o Período Republicano. Tomaremos como rumo norteador, a mesma periodização elaborada por Lustosa apresentada por nós, em quadro a seguir.

A HISTÓRIA DA IGREJA NO BRASIL

DATA	FASES	CONTEXTO
	PRIMEIRA PARTE	
1500-1889	Presença da Igreja na Sociedade	



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

	Brasileira - Colônia e Império	
1500-1759	Da implantação da Igreja à consolidação organizacional	Do descobrimento até a expulsão da Companhia de Jesus
1759-1844	Da consolidação à estagnação e à decadência	Do governo de D. José, à implantação do Reino Unido, Primeiro Império...
1844-1889	Reação contra a decadência: "revitalização ultramontana"	Até à Proclamação da República, quando, com a laicização do Estado e o decreto de separação da Igreja e do Estado (07-01-1890), a Igreja se vê frente a novos desafios de sobrevivência
	SEGUNDA PARTE	
O grande esforço de mobilização das forças católicas e seus efeitos	Presença da Igreja na Sociedade Brasileira - República	Primeira República
1889-1916	A Igreja no Brasil e a liberdade de ação: um aprendizado penoso	
1916-1945		
1945-1968	Progressiva polarização da Igreja no Brasil em torno da problemática sócio-política	Do Estado Novo até a implantação da Ditadura Militar



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

LUSTOSA, Oscar Ferreira (ofm). **A Presença da Igreja no Brasil: história e problemas.** São Paulo: Editora Giro LTDA. 1977.

Estamos empreendendo uma revisão da História da Igreja Católica no Brasil e mapeando as ordens religiosas que aqui atuaram, a partir do período colonial, passando pelo Período Imperial, Primeira República, até os anos sessenta do século XX, analisando as suas propostas para a formação dos seus próprios quadros, e para a educação missionária, catequética e escolar.

Dentro de um cronograma estabelecido e com subdivisões temáticas, pretendemos: revisar a História da Igreja Católica no Brasil; identificar os pontos de consenso entre Igreja e Estado Colonial; Mapear e analisar a contribuição das ordens religiosas até o século XVIII; investigar a crise da Igreja no Brasil Imperial; identificar os pontos de consenso e dissensão entre a Igreja e o Estado Republicano; pesquisar aspectos históricos das ordens religiosas modernas; analisar os compromissos, estatutos e regras das ordens; analisar a proposta para a educação missionária; analisar a proposta para a educação catequética; analisar a proposta para a educação escolar; analisar os pontos de consenso e dissensão nas relações entre a Igreja Católica, as ordens religiosas e o Estado (na Colônia, Império, primeira República e Era Vargas); investigar, especialmente, a existência de tensão entre as propostas de educação católica, leiga, e do estado, constituídos em cada contexto estudado.

Este mapeamento já está sendo realizado. Já obtivemos algumas fontes documentais impressas das regras das principais ordens religiosas desde a Antiguidade, com destaque para a Regra de São Bento, que se fez modelo para a fundação de outras ordens posteriores, as regras das ordens mendicantes da Idade



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Média, inclusive a Carta aos Fiéis, que regula a Ordem Franciscana⁶¹. A partir do século XVI, nas obras completas de Inácio de Loyola já conseguimos aferir as raízes da pedagogia jesuítica e, no caso do Brasil colonial, conseguimos levantar alguns compromissos e regras que orientaram as vocações coloniais.

Além dos estudos das ordens religiosas fundadoras, nosso interesse se volta para as ordens religiosas fundadas nos séculos XIX e XX, mormente aquelas que vieram para o Brasil nestes séculos, como os salesianos, sacramentinas, maristas, lazaristas, redentoristas, rogacionistas. Nosso interesse se volta, também, para aquelas já existentes, mas, que tinham sido sufocadas pela política regalista, e restauradas no início do século XX, como as ordens franciscana, ordem dos franciscanos capuchinhos e dos jesuítas, como exemplos.

Além da continuação da revisão da literatura da História da Igreja e da História da Igreja no Brasil, especialmente sobre a trajetória das ordens religiosas aqui instaladas, seus sucessos e vicissitudes, pretendemos realizar um estudo epistemológico, tomando como base o pensamento filosófico cristão, e fundamentos, norteadores do pensamento católico – o chamado existencialismo cristão, com leituras em teóricos e teólogos considerados fundamentais, porque, ao lado das preocupações políticas e legais da Igreja com a sua sobrevivência, um verdadeiro arsenal teológico-moral continuou a ser construído para atender aos novos desafios da Igreja, principalmente frente à efervescência latino-americana no século XX.

Sabemos que a instalação dessas ordens religiosas no Brasil não aconteceu de forma romântica. Ao contrário, conflitos e tensões, jogos de interesses favoráveis e opostos se fizeram presentes. Perguntamos: porque aconteceram e como se manifestaram conflitos intermitentes entre o Estado, a Igreja e os intelectuais da Educação no Brasil, nos contextos colonial, imperial e republicano, mormente, no

61Cf. Vide (1853).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

contexto imediatamente antecedente e imediatamente subsequente ao Projeto Colúmbia?

Finalmente, observamos que na história da Igreja a questão do poder, em todas as suas variações, como: disputa pelo poder, manutenção do poder, seguida pelas ameaças da perda de poder, novas disputas, tentativa de manutenção e novas perdas, esteve presente, de forma categórica, e não pode ser omitida. Pretendemos aprofundar o estudo sobre esse fenômeno em sua ampla variação e, para isso, não podemos abrir mão da análise da realidade concreta, com base nas categorias do todo-parte, aparência-essência, passado-presente, contradição. A leitura do processo histórico brasileiro é indispensável na análise objetiva do significado da presença da Igreja Católica no Brasil, tanto em se tratando de qualquer período do passado colonial, imperial ou republicano, quanto em se tratando dos dias atuais.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO (Bispo de Hipona). **A Instrução dos Catecúmenos**: Teoria e Prática da Catequese. (Trad.) M^a da Glória Novak. (Introd.) Pe. Hugo Paiva. (Prefácio) Almir Guimarães (OFM). Petrópolis: Vozes, 1984. (Fontes da Catequese, 7).
- BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder**. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.
- CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt. **Mentalidade e Estética na Bahia Colonial**: a Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis e o Frontispício da sua Igreja. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1996.
- CASIMIRO, Ana Palmira B. S. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos**: uma proposta pedagógica jesuítica no Brasil colonial. Salvador: Faculdade de Educação/UFBA, 2002 (Tese de doutoramento).
- _____. Cartilhas e Catecismos Usados no Brasil Colonial. **Revista Educação em Questão**. V. 22, nº 8 (jan./abr. 2005). p. 182-205.
- CUNHA, Antônio Geraldo da (Org.). **Dicionário Etimológico Nova Fronteira**. 1982.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

ESTATUTOS DA PROVÍNCIA DE SANTO ANTÔNIO DO BRASIL. Lisboa, na Officina de Manuel e Joseph Lopes Ferreira. 1709.

FRAGOSO, Hugo (ofm). A Era Missionária (1686-1759). In: **História da Igreja na Amazônia**. Eduardo Hoornaert (Org.). Comissão de Estudos da Igreja na América Latina, CEHILA. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. **Também Sou Teu Povo, Senhor**: Jubileu 2000 – 500 anos Evangelizando o Brasil. Paulo Afonso: CNBB. Regional NE 3., 2000.

JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, 1859, 2 volumes. (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil: século XVI**. Lisboa: Portucália, 1938. 10 v.

_____. **Novas Páginas de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965 (Brasiliana, n.323).

LUSTOSA, Frei Oscar de Figueiredo (OFM). **A Presença da Igreja no Brasil**. São Paulo: Giro, 1977.

MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da Educação no Brasil**. O período heróico. (1549 a 1570). Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

REGIMENTO ADMINISTRATIVO DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSO SERÁPHICO PADRE S. FRANCISCO DA CIDADE DA BAHIA. Salvador, Imprensa Econômica, 1880.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial**. Petrópolis: Vozes, 1986. (História Brasileira, 8).

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853.